



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0007357-31.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Francisco Barroso Gomes**
 Requerido: **Banco Citicard Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter solicitado um financiamento ao réu, mas isso não se concretizou porque a conta indicada para o depósito do valor pertinente não foi aceita pelo réu, dando-se por cancelado o contrato.

Alegou ainda que em seguida obteve empréstimo do réu, mas ele injustificadamente passou a cobrar-lhe este e também o anterior, já cancelado.

Salientou que não reuniu condições para o pagamento dos dois empréstimos, tendo o réu promovido por isso sua negativação perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja à declaração da inexistência do débito, à devolução dos valores indevidamente pagos do primeiro empréstimo e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

A ré em contestação observou que a cobrança pelos dois empréstimos foi regular porque ambos foram depositados em conta do autor.

Como isso não constou da movimentação dessa conta (fls. 16/22), o réu foi instado a comprovar o depósito do primeiro contrato aludido (fl. 106, item 1), mas se limitou a assinalar que *“não localizou nenhuma prova mais robusta de que efetivamente tenha ocorrido o depósito do primeiro crédito pessoal solicitado pela parte autora”*, tendo por isso – e pelo bom relacionamento com o cliente – providenciado ajustes no cartão de crédito do autor (fl. 108).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, o argumento central expendido na peça de resistência do réu não restou demonstrado, não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe impunha o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

Daí resulta claro que os pagamentos relativos ao primeiro empréstimo solicitado pelo autor (o qual, repita-se, não se concretizou) foram indevidos, nada havendo a justificá-los.

Sua devolução em consequência é de rigor, até mesmo como forma de evitar o indesejável enriquecimento sem causa do réu em detrimento do autor em face disso.

Já a negativação do autor está comprovada a fl. 14, ficando certo que ela promanou das cobranças simultâneas perpetradas irregularmente pelo réu.

Isso por si só basta à configuração de danos morais passíveis de reparação, consoante pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios usualmente utilizados em situações afins (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O autor, portanto, fará jus ao recebimento de R\$ 6.780,00 (indenização para ressarcimento dos danos morais) e de R\$ 965,22 (restituição dos seis pagamentos de R\$ 160,87 cada um).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência do débito tratado nos autos e também para condenar o réu a pagar ao autor as quantias de R\$ 6.780,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 965,22, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e de juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento das importâncias a que foi condenado no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 36.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA